



Revista de História (São Paulo)

ISSN: 0034-8309

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, Departamento de História

Gorberg, Marissa
MODA E HISTÓRIA NO BRASIL: NOVOS OBJETOS, MUITAS PERSPECTIVAS
Revista de História (São Paulo), núm. 178, r00619, 2019
Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, Departamento de História

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.155977>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285061378054>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



RESENHA

MODA E HISTÓRIA NO BRASIL: NOVOS OBJETOS, MUITAS PERSPECTIVAS

 **Marissa Gorberg***

Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

Resenha do livro: DEBOM, Paulo et al. (org.). *A história na moda, a moda na história*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

A convergência para estudos históricos que têm a moda e o consumo como foco central é um denominador comum na trajetória acadêmica de Camila Borges, Joana Monteleone e Paulo Debom. Parceiros na organização do simpósio temático “Moda, imagem & poder”, que desde 2012 integra o programa da Semana de História Política-Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atualmente em sua 13ª edição, Paulo Debom e Camila Borges estenderam a bem-sucedida colaboração à organização, com Joana Monteleone, do livro *A história na moda, a moda na história*, publicado em 2019 pela Alameda Editorial. Trata-se de uma coletânea

* Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas com participação, como bolsista Capes, do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, no King's College London. Participa do grupo de pesquisas Imprensa e Circulação de ideias: o papel de jornais e revistas nos séculos XIX e XX, coordenado por Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa) e Tania de Luca (Unesp-Assis). E-mail: marissagor@gmail.com.

de trabalhos de pesquisadores brasileiros provenientes de áreas e formações diversas, norteados pelo tema da moda em suas abordagens investigativas.

Se, nos anos 1980, poderia se afirmar que a questão da moda não causava furor no mundo intelectual e quase não aparecia “no questionamento teórico das cabeças pensantes” (LIPOVETSKY, 2002, p. 9), na década seguinte já se podia afirmar que “a roupa e a moda se tornaram finalmente veículos para debates que agora estão no centro dos estudos em cultura visual e material” (BREWARD, 1998, p. 301-313). No ensaio *Fashion and the postmodern body*, a historiadora inglesa Elizabeth Wilson atestou uma virada no panorama acadêmico no início da década de 1990, com o crescente interesse por estudos relacionados à moda: “The postmodernism debate helped rescue the study of dress from its lowly status, and has created – or at least named – a climate in which any cultural and aesthetic object may be taken seriously”¹ (WILSON, 1992, p. 6).

Há que se reconhecer essa mudança de cenário com a ampliação de novas proposições científicas que conferem à moda legitimidade como prisma privilegiado para análises de discursos políticos, econômicos e culturais presentes nas sociedades.

Com efeito, na “Introdução” de *A história na moda, a moda na história* as organizadoras atestam a alteração no campo dos estudos de moda no Brasil a partir de 1990, quando o tema foi retirado do “limbo acadêmico” (RAINHO, 2002, p. 2) e passou a figurar com maior frequência no horizonte de preocupações dos pesquisadores nacionais:

Os preconceitos com o objeto, visto muitas vezes como “frívolo” ou superficial, embora ainda existentes, têm diminuído de forma significativa. Os estudiosos das mais diversas áreas têm percebido a relevância do tema para se pensar as relações humanas.

De modo definitivo, um novo olhar sobre a moda foi sendo construído, como uma extraordinária revisão em sua interpretação, enquanto um elemento ligado ao poder, à cultura, à sociedade e à economia. (...) Esse livro, portanto, foi concebido a partir dessa nova perspectiva. (DEBOM et al., 2018, p. 15-16)

Antes desvalorizada – associada à frivolidade, à superficialidade e ao consumismo –, a moda pôde se beneficiar dos rumos propalados pela Nova História Cultural, vertente historiográfica que ganhou expressão nas últimas

¹ Em tradução livre, “os debates da pós-modernidade contribuíram para o resgate dos estudos de moda de seu lugar modesto, e criaram – ou, pelo menos, delinearam, um clima no qual qualquer objeto cultural ou estético possa ser levado a sério”.

décadas do século passado e que conferiu ao campo cultural papel de destaque para o tratamento do real (LE GOFF; NORA, 1988).

As imbricações entre os campos Moda e História estão explicitadas no próprio título da obra em questão – o que não causa espanto, haja vista a formação acadêmica de Camila Borges, Joana Monteleone e Paulo Debom, todas tributárias das disciplinas históricas. Não obstante, os estudos de Moda, assim como outros campos de investigação emergentes, têm se beneficiado de abordagens multimetodológicas, com a adoção de teorias pertinentes a várias esferas acadêmicas distintas, mas não excludentes.

Para além da hermenêutica historiográfica, as investigações acerca desse fenômeno têm sido perpassadas por enfoques sociológicos, filosóficos, antropológicos, econômicos, psicológicos, semióticos, da História da Arte e do design, e entrecruzadas por questões relativas às identidades de classes e gêneros, ideologia e poder, cultura e linguagem, entre inúmeras outras possibilidades.

Desde o século XIX, quando a moda assumiu uma nova dimensão pós-*Ancien Régime*, catapultada pelo processo modernizador em curso, cientistas sociais têm se debruçado sobre o tema como algo que demanda atenção e problematização. Na segunda metade do século XIX, o ideário de modernidade calcado em noções de progresso e na valorização do “novo” em contraposição a padrões tradicionais; o incremento da técnica e dos transportes, com a reorganização da industrialização e do comércio; a promoção da individualidade e a estetização do cotidiano; e a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista ocasionaram mudanças profundas na própria concepção e expressão da moda, bem como em padrões de interesse e consumo (BREWARD, 1995).

Pioneiros como Herbert Spencer, Gabriel de Tarde, Georg Simmel e Thorstein Veblen publicaram trabalhos sociológicos sobre moda, com argumentos e conclusões próprias. No âmbito filosófico-literário, Charles Baudelaire e, posteriormente, Walter Benjamin interpretaram a moda como sintoma da modernidade. Naquele momento, germinava o reconhecimento das funções distintas, sociais e simbólicas inerentes à escolha indumentária dos indivíduos.

No século passado, muito se avançou no tratamento científico do fenômeno, mesmo antes da “virada” da História Cultural promovida pela terceira geração da *École des Annales*, em França (BURKE, 1997). Especialistas como o historiador inglês James Laver, que integrou a equipe do museu Victoria & Albert entre 1922 e 1959, produziram desde os anos 1930 tratados sobre moda que ultrapassavam o inventário minucioso das peças e entreviam discussões sobre fatores econômicos e sociais.

Em que pese a precariedade da fundamentação teórica e das conclusões totalizantes, bastante criticadas por autores como Elizabeth Wilson (1992, p. 5), há que se considerar a germinação de um pensamento sobre moda que, tendo estudado “o que e quando”, começava a refletir sobre “o como e o porquê” (LAVER, 1963, p. 240).

É amplo o reconhecimento da inflexão promovida pela obra do semiólogo Roland Barthes publicada entre 1950 e 1960 e de seu contemporâneo Fernand Braudel, expoente da segunda geração dos *Annales*. Cada qual com sua especificidade, eles desenvolveram tanto na sociologia quanto na história do vestuário um ideário crítico sobre moda muito além de narrativas meramente descritivas e circunscritas ao inventário de formas.

Ambos deixaram um legado portentoso que, com frequência, integra a bibliografia de investigações acadêmicas voltadas ao fenômeno. Embora a tese de doutoramento de Barthes, *O sistema da moda*, publicada em 1967, seja considerada por muitos uma obra hermética e impenetrável (WERNECK, 2008) por ser um verdadeiro tratado de semiologia, ela é considerada por grande parte dos estudos do tema um “texto fundador”. A produção de Barthes acerca do assunto inclui outros trabalhos, como *História e sociologia do vestuário* (1957); *Linguagem e vestuário* (1959); *Neste ano o azul está na moda* (1960); *Por uma sociologia do vestuário* (1960); *Das joias às bijuterias* (1961); *Dandismo e moda* (1962); *A moda e as ciências humanas* (1966); *O duelo Chanel-Corrèges* (1967), compilados no livro *Inéditos*, vol. 3: *imagem e moda* (2005), além de reflexões encontradas em *Mitologias* (1982).

A obra de Barthes evidencia a necessidade do tratamento da indumentária sob dimensões sensíveis que incluam apreciações de esferas ideológicas, econômicas, culturais e sociais, de modo a alcançar as relações existentes entre o sistema da moda e o conjunto de valores de determinado momento histórico. Esse enfoque é aprofundado por Braudel ao problematizar a história do vestuário contrapondo-a às matérias-primas, aos processos de produção, às hierarquias e, enfim, no entrecruzamento do vestir com estruturas e conflitos sociais. Dividida em três volumes, sua obra *Civilização material, economia e capitalismo* (1967) contém no primeiro deles um capítulo intitulado “Roupa e moda”, no qual afirma que “a história das roupas é menos anedótica do que parece” (BRAUDEL, 2005). Além de Barthes e Braudel, o sociólogo Pierre Bourdieu também ofereceu contribuições significativas aos estudos de moda nos anos 1970 com a publicação de *A distinção*, onde retrabalha as ideias de diferenciação enunciadas por Veblen e Simmel.

Para estudantes e pesquisadores de moda, esse repositório de referências é assaz conhecido e divulgado, assim como boa parte da produção historio-

gráfica publicada nas décadas de 1980/1990, que promoveu a diversificação e o aperfeiçoamento dos estudos de moda em perspectivas inovadoras.

O estudo de moda e indumentária foi favorecido por uma combinação de abordagens da cultura material e de estudos culturais, tais como a análise crítica do vestuário, que ampliou sua perspectiva e incorporou questões que lidam com o corpo, identidade, práticas e representações e as pesquisas etnográficas atentas às complexidades e especificidades espaçotemporais, que passaram a integrar o proceder dos investigadores. O lançamento da publicação *Journal of Fashion Theory*, em 1997, foi um passo importante na legitimação do campo no âmbito acadêmico.

Influenciados pelo impacto da ampliação de movimentos feministas, das lutas por direitos civis e dos movimentos LGBT, assim como por vertentes do pós-estruturalismo, os estudos sobre moda passaram a provocar fissuras em narrativas totalizantes, colocando em xeque ideias pré-concebidas sobre gêneros, etnias e sobre a própria noção ocidental de progresso disseminada no século XVIII, de acordo com a qual a moda em contínua transformação seria um símbolo “superior” de modernidade e civilização (WILSON, 1992, p. 6-7).

Conforme pontua Heike Jenss, docente da Parsons School of Design:

Building on the increased blurring of genres and disciplines in the 1970s and 1980s and the paradigm shift toward the emphasis on contextuality and constructionism, fashion studies started to crystallize more clearly in the context of the 1990s. These studies were deeply informed by the impact of the wider social and intellectual developments in the second half of the twentieth century (...) including post-structuralism, gender, queer, and postcolonial theories, working against the “fixing” of ultimate meanings of cultures, bodies and identities. These developments, including the critical unpacking of historical ideas such as essentialist concepts of gender, race and ethnicity, helped to “unframe”, in Susan Kaiser’s words, some of the frameworks that had previously been taken for granted as “natural” or “the way it should be”. (JENSS, 2016, p. 7)

Às teorias que imputavam à moda funções distintivas e o fenômeno “trickle down”, somaram-se pontos de vista que ressaltam a expressão da subjetividade, da autonomia, da individualidade e da subversão de convenções, em perspectivas que flagram as limitações dos conceitos difundidos no início do século passado e que apontam para novas direções.

O constructo de historiadores como Anne Hollander, Philippe Perrot, Daniel Roche, Elizabeth Wilson e Valerie Steele, bem como do filósofo Gilles Lipovestky, não raro fundamentam trabalhos contemporâneos sobre moda. Em processo de eterno devir, os estudos sobre o tema contam na atualidade, por exemplo, com publicações dos britânicos Christopher Breward, Caroline

Evans e Lou Taylor, da italiana Daniela Calanca, do norueguês Lars Svendsen e do francês Frédéric Monneyron.

Não se trata, aqui, da enumeração extensiva de bibliografia temática; inúmeras pesquisas recentes já se ocuparam dessa tarefa. Inclusive, alguns dos nomes presentes em *A história na moda, a moda na história* produziram artigos relevantes sobre a historiografia dos estudos de moda, esquadrinhando matrizes, confluências e divergências (RAINHO, 2002, p. 23–47).

Interessa, contudo, manter no horizonte de nossas preocupações um saber transdisciplinar e transnacional para que seja possível, à luz de proposições substanciosas, costurar considerações sobre a obra que compõe nosso objeto.

Percebemos alguns momentos distintos na historiografia da moda erigida em países centrais: o primeiro, nos anos 1960–1970, está intimamente ligado à sociologia da moda. Nos anos 1980–1990, já sob a perspectiva da Nova História Cultural, proliferaram estudos calcados na micro-história e voltados para práticas regionais e para vestimentas tradicionais. Também surgiram estudos baseados no conceito de representação. Nesse período, a moda passou a ser concebida a partir de seus atores, criadores, agentes de comercialização, consumidores e difusores. A partir dos anos 2000, além de todas as vertentes anteriores, os estudos se voltam para a patrimonialização da moda (vide as megaexposições).

Na historiografia pátria, intelectuais pioneiros no tratamento da moda, como Gilda de Mello e Souza e Gilberto Freyre – a primeira, com sua tese de doutorado *O espírito das roupas: a moda no século XIX* (SOUZA, 1987) e o segundo com *Sobrados e mucambos* (FREYRE, 2000) e *Modos de homem & modas de mulher* (FREYRE, 2009) – passaram a integrar, com frequência, o corpus instrumental daqueles que visavam se debruçar sobre reflexões pertinentes à indumentária e suas implicações sociais. À medida que as investigações acadêmicas avançam, outras obras nacionais desbravadoras passam a ser paulatinamente divulgadas, como o livro *Três séculos de modas*, publicado em 1923 pelo cronista João Affonso do Nascimento em Belém do Pará (SOARES, 2018).

O exame detalhado de cada uma dessas elaborações extrapolaria os limites desta resenha, mas cabe frisar que, paralelamente à difusão de novas linhas de abordagens e interpretações no universo das Ciências Sociais, são trazidos à baila trabalhos que exploram as relações entre moda e História, visando captar sinais inequívocos do cotidiano, da política, da economia e da sociedade imbricados nos códigos do vestuário.

É inegável a qualidade das obras citadas, consideradas já “clássicos” no tema; outrossim, à medida que novas publicações aportam no mercado editorial especializado, autores de trabalhos de fôlego concluídos mais

recentemente passam a integrar o “panteão” de referências disponível para embasamento teórico-metodológico dos estudos de moda no país. Nesse sentido, Maria do Carmo Teixeira Rainho e Maria Cláudia Bonadio são alguns dos nomes que se firmaram como pesquisadoras consagradas no campo, respectivamente com seus livros *A cidade e a moda* (RAINHO, 2002) e *moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920* (BONADIO, 2007), além de outras produções.

Na esteira das tendências historiográficas que ganharam força nas últimas décadas, novas camadas de conhecimento se sobrepõem em fluxo contínuo e lançam luz sobre campos ainda carentes de exploração. Dando prosseguimento a esse movimento em curso, no qual a moda se destaca como objeto de diversos campos do saber, Camila Borges, Joana Monteleone e Paulo Debom explicitam em sua “carta de intenções” o desejo de conferir visibilidade à produção multidisciplinar sobre moda com a qual têm se deparado em suas incursões acadêmicas.

O primeiro aspecto que destacamos é justamente o caráter multimetodológico de *A história na moda, a moda na história*. Embora o intercâmbio com vários campos do saber seja uma tônica frequente em estudos de moda, como já enunciamos, essa abordagem está longe de ser consenso.

Em 2009, uma conferência na britânica University of Warwick (MCNEIL, 2010, p. 105–110), voltada à situação corrente dos estudos de moda, debateu a necessidade (ou não) de sua institucionalização como disciplina à parte, independente e com departamento acadêmico próprio. Tal proposição tem sido evocada por grupos discentes de programas de doutorado que manifestam esse desejo, sob o argumento de que o estabelecimento da disciplina de moda reforçaria sua total legitimação como campo de investigação, sobretudo no âmbito acadêmico norte-americano, onde o amplo reconhecimento institucional se mostra dependente do status de disciplina autônoma (GRANATA, 2015, p. 67–82).

Nos debates sobre os possíveis benefícios ou prejuízos que seriam ocasionados pela mudança, Christopher Breward (1998, p. 301–313) é um dos que advogam a favor da interdisciplinaridade acadêmica e da incorporação de problemáticas referentes à identidade, corpo, gênero e aparências. Na outra ponta, muitos estudantes europeus e norte-americanos têm manifestado a necessidade de filiação a uma disciplina específica de estudos da moda que utilizaria teorias próprias, possibilitando seu reconhecimento como PhDs em moda, e não mais como sociólogos/filósofos/historiadores escrevendo sobre moda.

Fica claro o posicionamento das organizadoras de *A história na moda, a moda na história* a esse respeito. Em que pese o recorte do título dedicado à disciplina

historiográfica, as autoras incorporam justamente a pluralidade de enfoques e percepções. A coletânea valoriza a transposição de fronteiras disciplinares como as maiores riquezas da produção nacional, em trabalhos que reconhecem o papel mediador da cultura material na reprodução – ou contestação – social.

Os textos apresentados no livro são, em sua grande maioria, assinados por docentes de moda atuantes em departamentos de História, Literatura e Design. A inferir pela leitura, fica claro que o conjunto é marcado pela intimidade dos autores com os objetos escolhidos e que a intenção dos organizadores é alçar o estudo da moda para além das fronteiras descritivas das alterações formais ou das mudanças de gosto – embora tais aspectos também se façam presentes no exercício historiográfico.

Por um lado, a diversidade de formações acadêmicas, dos recortes históricos, da metodologia, dos objetos e do tratamento a eles dispensado poderia sugerir, em um sobrevoo apressado, uma desconexão entre as partes que conformam o todo. No entanto, a compilação dos trabalhos revela certa homogeneidade cuidadosa na seleção, que buscou privilegiar autores já bastante conhecidos na área – e outros nem tanto – hábeis em flagrar, sob o manto da moda, elementos simbólicos que evocam tramas complexas de disputas de poder, dinâmicas de gênero, relações comerciais, reprodução de mentalidades, valores morais e construções identitárias, entre outras questões.

No entanto, talvez pela extensa quantidade de textos compilados (quatorze no total), pela vastidão do período vislumbrado (dos oitocentos à contemporaneidade) e pelo amplo espectro de autores selecionados, alguns textos parecem resvalar na enumeração extensiva de detalhes formais e na narrativa factual, restando pouco espaço para lançar mão de referências mais robustas e de reflexões mais instigantes.

Não há exatamente um recorte espacial; quase todos os textos têm como objeto questões que tangenciam a realidade nacional – com exceção do de Paulo Debom, voltado ao império francês. São três os principais eixos delimitados; o primeiro é calcado em “Moda no oitocentos”; o segundo, em “Questões contemporâneas”; e, se os dois primeiros obedeceram a uma divisão cronológica, a terceiro e última parte é voltada para “Conceitos”.

Maria Cristina Volpi dá início aos estudos centrados no século XIX com “Verde e amarelo: um Império sob a luz dos trópicos”, no qual parte da observação das cores, formas, ornamentos e materiais utilizados na indumentária protocolar da corte imperial brasileira (1822–1889) para estabelecer possíveis sentidos e funções implicadas nas escolhas do vestuário de D. Pedro I e da Imperatriz Leopoldina em um importante período de transição política.

Volpi parte das investigações pioneiras sobre fardas civis protocolares realizadas no Brasil por profissionais das áreas de História, Arte e Arquitetura, reconhecendo, por um lado, o que já foi feito e ressaltando, por outro, muito do que ainda se há de fazer. Nesse sentido, a autora enumera algumas marcas nacionais que causam entraves às pesquisas sobre indumentária no Brasil, tais como a inexistência de um estudo sistemático sobre o léxico adotado na nomeação de trajes e acessórios em períodos diversos, bem como a inexistência de um acervo museológico de indumentária anterior ao Período Joanino.

Ao problematizar representações de Debret que retratam os monarcas em ocasiões de gala, a autora estabelece uma comparação entre os trajes áulicos da Corte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e os da Corte do Império do Brasil para perceber de que modo a utilização de rituais e de determinadas vestes no recém-proclamado Império Brasileiro contribuía para reforçar sua legitimidade, identidade e desvinculação da matriz portuguesa.

Assim como Volpi, Paulo Debom também perscrutou a indumentária e os ritos reais – dessa vez, os franceses utilizados por Napoleão III – como estratégia para a construção de uma imagem pública a serviço de objetivos políticos específicos. Através da construção das aparências, forjava-se uma ideia de poder essencial às metas bonapartistas. Por meio de um verdadeiro escrutínio simbólico a partir da decupagem de estilos, tecidos, insígnias e acessórios, Volpi e Debom mapeiam conexões entre as práticas de vestuário presentes na monarquia brasileira e francesa, respectivamente, e na moda europeia em sentido amplo.

Em “O amor nos uniu”, de Irina Aragão, as joias confeccionadas com cabelo humano ocupam o cerne do ensaio, que é voltado a “objetos de afeto e saudade” que estiveram em moda na Europa e nas ex-colônias sobretudo na segunda metade do século XIX. A fim de traçar a genealogia desse tipo de adorno, a autora se concentrou no período vitoriano para esboçar um conjunto de significados a ele atribuídos, que culminou na elaboração de uma classificação própria daqueles objetos, agrupados nas subcategorias “joias de compromisso”, “joias de luto” e “joias de memória”.

Ao se transportar para a sociedade brasileira daquele período, Irina vislumbra movimentos de oferta e demanda das “joias de afeto e saudade” entre nós e investiga suas funções sociais, tanto como símbolo distintivo da “boa sociedade” no Rio de Janeiro quanto como espaço permitido para a representação de intimidade e afetividade em meio à austeridade e circunspeção que caracterizavam a moralidade valorizada por certas camadas sociais.

Juliana Schmitt, que assina dois textos distintos no livro, investiga, no primeiro, as práticas fúnebres e o vestuário a elas pertinentes no século

XIX, período no qual as regras para os trajes de luto eram marcadas por acentuada severidade e complexidade. Em interessante contraponto, a autora percebe como a moda dos funerais no Brasil pós-1808 se situava entre a obrigatoriedade de seguir as Pragmáticas promulgadas pelo Marquês de Pombal – tipo de leis suntuárias vigentes em Portugal e na colônia – e a influência desejável de referenciais da moda francesa.

Schmitt destaca o papel dos periódicos que circulavam no Rio de Janeiro, como *A Estação*, na divulgação de regras e tendências europeias para a ocasião, bem como o peso das redatoras que “traduziam” as representações provenientes de Paris e concorriam para a elaboração de diretrizes a serem observadas nas ocasiões ltuosas.

À medida que se ampliavam os espaços de sociabilidade no Brasil, novos códigos de conduta eram disseminados para seus frequentadores. Às mulheres, cujo proceder era constantemente vigiado pelo meio social, caberia no período do luto submeter-se às normas em voga, como sinal de respeitabilidade, civilidade e de domínio da etiqueta e da moda.

Joana Monteleone propõe o entrecruzamento da história da moda com a história das mulheres, da imprensa feminina e do consumo no Brasil do século XIX. Inicialmente, observa transformações da própria noção de moda e a variação de seus significados e associações ao longo dos séculos, sem perder de vista a dimensão prática ligada às mutações econômicas, mormente a Revolução Industrial. E ressalta o elo indissociável entre moda e imprensa, eixo que se deve ter em conta para que seja possível compreender o sistema de moda naquele período, sobretudo na formação do público consumidor feminino.

Concluindo o bloco oitocentista, Ana Cláudia Suriani se concentra no papel crucial que os periódicos voltados à moda exerceram no processo de inserção do Brasil no sistema de moda parisiense. É sabido que, com o fim do período Napoleônico, em 1815, e a celebração de acordos comerciais com a França, foram criadas condições para o estabelecimento de vários profissionais na carioca Rua do Ouvidor, que comercializavam e divulgavam a moda francesa. Suriani chama a atenção para as práticas e discursos presentes em França e no Brasil que ajudam a explicar, por exemplo, a manutenção da França como referência mundial de moda, mesmo após guerras e revoluções, e a criação de um mercado de moda no rio de Janeiro “antenado” com as novidades francesas.

Com o foco nas revistas brasileiras de moda, a autora oferece um levantamento preciso das publicações disponíveis no século XIX, suas características, expedientes de venda, periodicidade, linha editorial, técnicas empregadas, entre outros aspectos, oferecendo valorosa contribuição à com-

preensão das transferências culturais entre a Europa e o Brasil por meio de uma análise macrossociológica da organização social da moda.

As questões contemporâneas contempladas na segunda parte do livro incluem o estudo de Maria Claudia Bonadio e Maria Eduarda Araujo Guimarães sobre as relações entre a moda e as telenovelas brasileiras nas últimas décadas do século XX, período no qual estas se tornaram o principal produto midiático nacional. Através da análise do seu processo de produção, as autoras percebem como o advento da TV a cores, a mudança do discurso das novelas e a profissionalização do trabalho de figurinista contribuíram para a atuação daquela forma de entretenimento como formadora do gosto do consumidor, tanto pela tradução de modas internacionais quanto pela propagação de uma visualidade inspirada na cultura popular urbana.

Em seguida, Geanneti Tavares Salomon procede à avaliação da minissérie *Capitu* sob a perspectiva do figurino, à luz da obra literária que lhe serviu de fundamento. Como metodologia de análise, a autora enumera a tipologia de Marcel Martin para figurinos de cinema e o conceito de adaptação proposto por Linda Hutcheon, e conclui que a utilização da indumentária concorre com métodos e técnicas particulares utilizados no ambiente audiovisual, interferindo sobremaneira na própria narrativa.

Observe-se que a mesma autora já havia publicado em 2010, também pela Alameda Editorial, o livro *Moda e ironia em Dom Casmurro*, no qual analisou o entrecruzamento de moda e literatura numa relação de mão dupla: se as vestimentas são utilizadas para delinear personagens, as tramas literárias também são férteis para pensar as vestimentas.

Em “Jacques Heim e a expansão da moda francesa no Brasil dos anos dourados”, Maria do Carmo Teixeira Rainho oferece um intrigante estudo de caso sobre a comercialização da alta-costura francesa no Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960, centrada na rivalidade entre a *maison* Jacques Heim e a Casa Canadá naquele período.

Rainho demonstra como o mercado de moda de luxo no Rio de Janeiro era liderado por dois comerciantes judeus que competiam pela mesma clientela endinheirada: o primeiro era Jacob Peliks, que havia fundado em 1928 a Casa Canadá, que se tornara uma *multimarcas* onde se encontravam peças de grifes como Dior, Chanel, Givenchy entre outras; o segundo, o estilista Jacques Heim, profissional já consagrado em França que sobreviveu às agruras do holocausto e que havia inaugurado em 1958 um ateliê no quarto andar do Edifício Mesbla, no mesmo prédio que abrigava a loja de departamentos homônima.

Ao averiguar o posicionamento daquelas empresas, a clientela à qual se dedicavam, suas escolhas estilísticas, suas estratégias de publicidade e ven-

da, bem como a repercussão na mídia das ações por eles empreendidas, a autora traz à tona a “guerra de alfinetes” entre os dois *czares* da moda carioca na época, enquanto constrói um panorama do comércio de moda elitista no Rio de Janeiro dos “anos dourados”.

Não poderia faltar, no bloco contemporâneo, a discussão de gênero, um debate que se intensificou nos anos 2000 e que reverbera em movimentos pela diversidade e pela igualdade de direitos mundo ocidental afora, com repercussões nas criações de moda da atualidade. A dupla de autores Juliana Schmitt – que, no livro, assina também o texto sobre roupas de luto – e Gabriel Sanchez empreende uma reflexão da questão em “Gênero e moda: do binarismo à tendência *agender*”.

Por meio de uma análise retrospectiva da construção de códigos femininos e masculinos materializados no vestuário, fica evidente o papel da moda na elaboração de gêneros. O artigo parte do binarismo dos arquétipos feminino e masculino presente nas roupas do século XIX e verifica tendências distintas ocorridas nos anos 1920, 1960, 1980 e 2000, sempre relacionando as alterações indumentárias aos vetores histórico-sociais em curso em cada momento.

Janaína de Almeida Teles encerra o painel contemporâneo em “A moda brasileira e o *anjo desemparrado*: Zuzu Angel e o filho desaparecido”, no qual intenta “oferecer um panorama crítico do processo histórico que levou a figurinista de protagonista da moda a símbolo da busca pelos desaparecidos políticos no Brasil”. São apontados aspectos da trajetória de Zuzu Angel, como sua simpatia pelo feminismo e pela contracultura, além da luta por seu filho, em oposição à truculência política então vigente. É evidenciada a perspectiva crítica da moda contra os discursos de poder, a massificação de padrões de beleza e feminilidade e como protesto político contra a tortura e o autoritarismo.

Embora seja uma notória especialista em estudos sobre a ditadura militar brasileira e autora de livros sobre o assunto, nesse texto Janaína acaba por reiterar informações já constantes em uma série discursos que tratam da vida e da obra de Zuzu Angel, o que resulta em um texto carente de material inédito em relação à moda e História. Tampouco problematiza, por exemplo, o fato de que, embora a criação de Zuzu Angel pudesse ser considerada contestadora, ela era direcionada para e consumida pelas classes mais abastadas, no topo de uma pirâmide social em grande parte reprodutora de *status quo*.

No terceiro bloco, dedicado a questões conceituais, Anamélia Fontana Valentim defende novas formas de abordagem das relações entre moda e História que não se limitem à linearidade cronológica ou à localização espacial que comumente demarcam estudos acadêmicos do campo. A autora propõe um olhar

que seja capaz de contemplar suas simultaneidades e descontinuidades ao longo da História, levando em conta instâncias que escapam à sua materialidade.

Para isso, perfaz uma crítica à noção de moda ancorada pela historiografia, visando alcançar entendimentos que não estejam necessariamente vinculados às “ordens do efêmero”, mas que estejam abertos às sobrevivências imiscuídas nas mudanças, reconhecendo a potência política da moda em toda a sua dimensão.

Em “A indumentária no museu: algumas considerações sobre memória e patrimônio”, Camila Borges da Silva ressalta a complexidade da inserção da moda em museus e conclama à reflexão acerca da formação de acervos patrimoniais da vestimenta para que não sejam circunscritos à mera reprodução de grupos e valores social, cultural e politicamente hegemônicos.

No amplo painel sobre as relações entre indumentária, memória e poder, Camila evidencia as dimensões de memória – individual e coletiva – inscritas nas peças de vestuário; embora fruto de escolhas pessoais, elas são permeadas por concepções de elegância e de modernidade por certos gostos, sistemas de classificação e incorporações do mundo social no qual foram concebidas.

Como instrumento de cultura indexado a determinados valores e crenças, é possível ratificar o processo que promove a reconfiguração das roupas de “objeto-consumo” para “objeto-documento”. No entanto, a patrimonialização da indumentária requer que se preste atenção aos “silêncios e esquecimentos” derivados de escolhas políticas e dinâmicas de poder, de modo que os museus efetivamente incluam representações de identidades, grupos e classes que conformam o hierarquizado *corpus* social.

Marco Antônio Vieira encerra o terceiro bloco – e o livro – com um exercício conceitual-linguístico em “Pintescrituras: história(s) entre McQueen e Varejão”. O autor, com formação nas áreas de Letras e de História da Arte, elege representações da moda e da arte contemporânea – a coleção de outono-inverno *Highland Rape* do estilista Alexander McQueen lançada em 1995/1996 e a obra *Testemunhas oculares X, Y e Z* (1997) da artista plástica Adriana Varejão, respectivamente – para descortinar camadas históricas ligadas a grupos excluídos e marginalizados.

No voo acadêmico e estilístico calcado por proposições de Freud a Lacan, de Marc Bloch a Aby Warburg, de Hubert Damisch a Georges Didi-Huberman, entre outros, Marco Antonio se vale de uma pluralidade de conceitos presentes na Psicologia, na Filosofia, na Teoria da Arte Francesa e na História Cultural para empreender a leitura dos objetos escolhidos, enquanto problematiza “o lugar da Verdade” e as possibilidades de construção histórica a partir do entrecruzamento com sistemas da moda e da Arte.

Ao fim e ao cabo, as digressões conceituais de Marco Antonio, apresentadas como “preâmbulo” às análises das obras de McQueen e Varejão, reforçam a hermenêutica historiográfica empreendida em interface com outros campos, deixando pouco espaço para uma análise mais profunda sobre as representações elaboradas pelos artistas que escolheu para investigar.

Não há uma tradição de livros impressos com coletâneas de trabalhos acadêmicos sobre moda no Brasil; talvez porque os anais eletrônicos de eventos importantes do setor, como o Colóquio de Moda e o Moda Documenta, assim como publicações especializadas como a revista *dObra[s]*, já ofereçam subsídios nessa área. Exceção é o livro *História e cultura de moda*, de Maria Claudia Bonadio e Maria de Fatima Mattos, lançado em 2011.

Muitos são os desafios enfrentados pelos estudos de moda no Brasil; além das dificuldades materiais inerentes à realidade nacional, que esbarra na escassez de acervos e museus, é preciso trilhar caminhos livres de amarras de eurocentrismo, levando em conta novas questões que se apresentam em meio à globalização, à produção *fast-fashion*, às ameaças ambientais, entre outros impasses. No entanto, não há que se questionar o vigor da moda como linguagem passível de leitura e interpretação; como instância dotada de memória social, cultural, política e econômica; e, portanto, como tema de análise capaz de aceder inúmeras possibilidades de discursos e práticas.

A compilação apresentada em *A história na moda, a moda na história* cumpre o prometido, i.e., oferece um painel de parte da produção acadêmica atual voltada às relações entre moda e História. Camila Borges, Joana Monteleone e Paulo Debom entregam aos leitores uma obra que contribui para a reflexão e para o questionamento, com argumentos originais, estimulantes e sintonizados às inquietações dos autores – sem desconsiderar, por um lado, as dificuldades ainda presentes na área, nem seus avanços e conquistas, por outro.

O resultado se afigura de grande valia a pesquisadores de História, moda e demais áreas das Ciências Sociais, assim como a todos que desejem usufruir do conteúdo, que é a expressão do estado atual da historiografia; afinal, esquadrihar as relações entre moda e História com critério e cautela, ousadia e criatividade, está na moda.

Referências Bibliográficas

- ASH, Juliet; WILSON, Elizabeth (ed.). *Chic thrills: a fashion reader*. London: Harper Collins, 1992.
- BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BARTHES, Roland. *Inéditos vol. 3: imagem e moda*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1982.
- BONADIO, Maria Claudia. *moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920*. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- BREWARD, Christopher. *The culture of fashion: a new history of fashionable dress*. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- BREWARD, Christopher. Cultures, identities, histories: fashioning a cultural approach to dress. *Fashion Theory*, New York, v. 2, n. 4, p. 301-313, 1998.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Modos de homem & modas de mulher*. São Paulo: Global, 2009.
- GRANATA, Francesca. Fashion studies in-between: a methodological case study and an inquiry into the state of Fashion Studies. *Fashion Theory*, New York, v. 16, n. 1, p. 67-82, 2015.
- JENSS, Heike (ed.). *Fashion studies: research methods, sites and practices*. London: Bloomsbury, 2016.
- LAVER, James. *Museum piece: or, the education of an iconographer*. London: Andre Deutsch, 1963.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1988. 3 v.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MCNEIL, Peter. Conference report: "the future of fashion studies". *Fashion Theory*, New York, v. 14, n. 1, p. 105-110, 2010.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda*. Brasília, DF: Editora UnB, 2002.
- SIMMEL, Georg. *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Editora Texto & Grafia, 2008.
- SOARES, Fernando Hage. Notas sobre a disciplina História da moda: fontes e fantasmas de uma ficção. In: COLÓQUIO DE MODA, 14., 2018, Curitiba. *Anais*. Curitiba: Abepem, 2018.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- WILSON, Elizabeth. Fashion and the postmodern body. In: ASH, Juliet; WILSON, Elizabeth (ed.). *Chic thrills: a fashion reader*. London: Harper Collins, 1992, p. 3-16.